

O espaço rural dos campos do Planalto na *Chorographia de Santa Catharina*

Marlon Brandt*

Resumo

O artigo tem como objetivo discutir as paisagens do passado, resultado da interação entre a natureza e a vida humana, integrando as características e os elementos tanto físicos quanto humanos. Para isso, abordaremos o espaço rural nas áreas de domínio dos Campos do Planalto reveladas a partir da leitura da obra *Chorographia de Santa Catharina*, escrita por José Vieira da Rosa no ano de 1905.

Palavras-chave: Santa Catarina. Campos. Paisagem.

Neste artigo pretendemos fazer uma leitura do espaço rural dos Campos do Planalto catarinense na perspectiva das paisagens reveladas a partir da obra *Chorographia de Santa Catharina*, escrita por José Vieira da Rosa no ano de 1905. Por paisagem entendemos que seja, nas palavras de Dirce Suertegaray (2005, p. 311), “uma associação de um conjunto ou fenômenos que expressam, num dado momento, a materialidade de um conjunto de ações que, por sua vez, demandam organização da natureza na sua apropriação por diferentes formas de organização social”. Para isso, procuramos seguir as propostas apontadas por Dora Shellard Corrêa (2008, p. 137) ao se estudar a reconstituição de paisagens pretéritas a partir da visão de mundo de um outro sujeito e de seu testemunho, sendo este “um protagonista do enredo, seja produzindo os dados exa-

* Mestre em Geografia (UFSC) e doutorando em História (UFSC), sob orientação da professora Doutora Eunice Sueli Nodari. Bolsista CNPq. E-mail: marlonbrandt@yahoo.com.br

minados, [...] seja como ator no relato”. É com base na representação de um cenário escrito por outro indivíduo, e não no que enxergamos e a que atribuímos sentido, que chegamos ao objeto de análise. Assim, Vieira da Rosa, ao elaborar um cenário “que envolve a percepção, interpretação, seleção e organização dos elementos vegetais, minerais, geográficos e culturais visualizados”, descreve, classifica, seleciona e organiza os elementos naturais e humanos, apresentando “um conceito sobre a organização social do espaço, o que implica presenças e ausências tanto humanas quanto naturais no quadro exposto”. (CORRÊA, 2008, p. 137).

Nascido no ano de 1869 em São José, município vizinho à capital de Santa Catarina, Vieira da Rosa cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro entre 1888 e 1892. Participou das principais campanhas republicanas no sul do país entre o final do século XIX e início do XX, como a Revolução Federalista (1893) e a Guerra do Contestado (1912-1916). (PAULI, 2008). Vieira da Rosa foi também diretor do Serviço Geográfico e Inspetor de Proteção aos Índios de Santa Catarina, além de colaborador do jornal *Folha do Comercio* e do jornal *Terra Livre*, de Florianópolis. (ESPIG, 2008, p. 38).

É como militar, dentro de uma declarada imparcialidade e busca por retratar a verdade, sob influência do positivismo (LAZARIN, 2005, p. 155), que o então alferes de infantaria compõe a *Chorographia de Santa Catarina*, com suas quase quinhentas páginas. A obra, e isso o autor esclarece ao longo do texto, é uma forma

de propaganda do Estado, que possui como intenção “tornar conhecida a minha querida terra natal, descrevendo-a em todos os seus detalhes”. A sua preocupação em apresentar a verdade, mesmo se tratando de um livro de propaganda, é apresentada na seguinte passagem:

Não tenho exagerado e não exagerarei no que escrevo. A verdade será dita magoe ou não, offenda ou não suscetibilidades [...]. Um livro de propaganda, repito, deve tratar simplesmente do que ha. Seja dito com verdade e criterio, o que possui uma terra; haja fidelidade nas discripções, e no mais pouco importa que o estilo seja antiquario, que a forma litteraria seja feia. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 330).

São abordados na obra, separados em diversos itens, os aspectos físicos, tais como o relevo, os rios, o clima, a fauna e a flora, e aspectos humanos, como a história, a colonização, a agricultura e a indústria, realizando também uma abordagem das principais características dos municípios do Estado na época, esta obtida por meio de questionários enviados aos municípios. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 10).

A região do Planalto catarinense tratada por José Vieira da Rosa pertence às formações vegetais de Floresta de Araucária e Campos do Planalto, ou Floresta Ombrófila Mista e Estepes, se utilizarmos a nomenclatura adotada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.¹ (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991).

Os Campos do Planalto, segundo Roberto Klein (1978, p. 17) em seu Mapa Fitogeográfico do Estado de Santa Catarina, formam ilhas em meio à floresta de araucária, em muitos casos de extensões consideráveis, sobretudo nos municípios

de São Joaquim, Lages, Curitiba, Campos Novos, Matos Costa e na parte norte do Vale do Rio do Peixe.² Nessas áreas predominam agrupamentos herbáceos e também se encontram capões, matas ciliares e de galerias, que formam bosques em meio à formação campestre. A floresta de araucária, por sua vez, embora pareça homogênea, dada a predominância das araucárias, possui diferentes subformações e submatas, que são constituídas por árvores características em diferentes áreas de ocorrência. Assim, existem submatas onde se encontram a erva-mate e a imbuia em grande quantidade, ao passo que em outras essas escasseiam, sendo a canela a que assume maior presença, junto com áreas densas de pinheiros, agrupados em manchas, que são muitas vezes interrompidos por formações de campo e capões arbustivos. (KLEIN, 1978, p. 10-12).

Esse quadro natural refletiu no processo de ocupação e dinâmica econômico-social regional pelo desenvolvimento das economias do gado, ervateira e madeireira, feições que se mostram presentes na área de Planalto do território catarinense ainda nos dias atuais.

Durante séculos a região que compreende o Planalto catarinense foi ocupada por grupos indígenas, pertencentes principalmente a populações do tronco cultural Jê. A chegada do europeu deu-se, inicialmente, de modo efêmero, primeiramente por meio de incursões de jesuítas e bandeirantes provenientes da província de São Paulo à procura de alguma forma de riqueza, aí incluindo a escravização dos indígenas. Essa paisagem passou a ser

modificada pela ação do homem, principalmente com a ocupação portuguesa na primeira metade do século XVIII, que marcou a abertura dos primeiros caminhos destinados ao transporte de gado muar, bovino e cavalar do Rio Grande do Sul ao Sudeste e às regiões mineradoras. O surgimento das primeiras áreas de pouso e invernações, acrescido do estabelecimento de fazendas de criação, modificou desde então o aspecto original dos campos. Gradativamente, formou-se nessas regiões do sul do Brasil uma economia que tem por base, de um lado, as grandes fazendas pastoris dos campos e, de outro, o grande mercado comprador, as feiras, como a conhecida Feira de Sorocaba, onde os animais eram comercializados e repassados às regiões mineradoras de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. (BRANDT; CAMPOS, 2008, p. 46).

Dominava nos Campos uma economia de caráter pastoril, com baixa ocupação demográfica, onde a ação humana se fazia perceber principalmente pelo estabelecimento de fazendas, lavouras e queimadas para a abertura de novos espaços de pastagem em áreas de capões ou de transição com a floresta de araucária. (KLEIN, 1978, p. 17-18). Nesse contexto, a floresta representava um espaço marginal para a economia predominante, sendo “mais um obstáculo do que uma riqueza”. Sua existência impedia a maior extensão dos campos e, portanto, de pasto para o gado. (LAGO, 1988, p. 264). Tal fato possibilitou a interiorização do povoamento rumo às florestas a partir do final da primeira metade do século XIX por pequenos e médios possitantes, na maioria sob o regime da pos-

se.³ Como agentes desta expansão espacial encontravam-se ex-escravos, negros libertos, foragidos da justiça, ex-agregados, peões e fazendeiros em busca de novas terras, partindo principalmente das áreas situadas, ao leste, nos campos de Lages, Curitibanos e Campos Novos, ao passo que do noroeste e oeste partiam dos campos de Guarapuava e de Palmas no Paraná. (MACHADO, 2004, p. 72-73).

Instalando-se nessas terras, essa população, genericamente conhecida como “cabocla”,⁴ possuía na agricultura de subsistência, no extrativismo da erva-mate e na criação de animais a base do seu sustento. A diferenciação do quadro natural levou também a diferentes formas de uso da terra e dos seus recursos naturais na Floresta de Araucária. Se nas áreas de campo predominava a economia pastoril, na floresta, dependendo da região, a principal atividade econômica da população poderia se constituir na extração da erva-mate ou na criação de porcos à solta na floresta, cuja alimentação principal era o pinhão.

Essa região, composta por campos e florestas, compreendendo os vales dos rios Marombas, Canoas e Pelotas, até as bordas da Serra Geral e do Espigão, era vista por Vieira da Rosa (1905, p. 151-152), como uma das mais importantes do estado pela possibilidade em potencial da exploração de seus recursos naturais e por possuir características que diferiam das do litoral do estado. Porém, faltava a esta a chegada do almejado progresso. A falta de comunicação do Planalto, deixando-a isolada das grandes cidades, como a capital

do estado, seria um dos motivos principais que impediam o seu desenvolvimento social e econômico. Isso fica claro quando, ao apresentar as características dos municípios catarinenses, aponta como fator em comum de Lages, Curitibanos, Campos Novos e São Joaquim a ausência de boas estradas e de uma ferrovia, “pois que todos sabem, depois de solida instrução, o que mais coopera para o desenvolvimento de um Estado, de um paiz ou de um município, são as vias de comunicação fáceis”. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 306).

Em 1915, ao realizar alguns apontamentos para a segunda edição da *Chorographia*, abordando especificamente o município de Lages, reitera suas críticas à falta de comunicação, o que impedia o crescimento da produção agrícola: “Afastado como se acha o municipio de Lages de todos os mercados consumidores, sem meios fáceis de exportação de seus productos, não admira que a sua produção seja quase nulla para a exportação [...]. Os fazendeiros plantam somente para uso próprio.” (VIEIRA DA ROSA, 1915, p. 16).

O milho, por exemplo, que a seu ver era de qualidade superior “pela belleza e grandeza do grão”, diferente do cultivado no litoral, que era inferior pelo fato de sua semente ser utilizada por mais de 130 anos sem renovação, poderia, juntamente com o trigo e outros cereais, ser exportado para o Rio de Janeiro. Além da atribuída qualidade, os cereais cultivados no Planalto possuiriam outra vantagem: encontravam-se “livres de insectos danninhos que tanto perseguem no littoral”. Os produtos poderiam permanecer três anos ou mais

sem sofrer deterioração, ao passo que no litoral o feijão e o milho eram colhidos já bichados. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 318-327). Faltava apenas a esses espaços, no entender do autor, uma maior atuação do Estado, para evitar o abandono pelo qual a região havia passado durante o período imperial, como pode ser constado em relação ao município de Campos Novos:

[...] não passam ali muitas estradas, mas o campo aberto pode ser percorrido pelos carros de bois, únicos vehiculos conhecidos n'aquella zona, n'um raio de quarenta kilometros mais ou menos.

Os municipios serranos do oeste do Estado tem sido sempre os menos protegidos pelos homens. Vemos por isso que elles pouco tem progredido, com excepção de Lages, e que a zona mais propria para a colonisação européia acha-se sem ella.

Mas, si os governos do extinto regimen não cogitaram de um melhoramento serio, se não produziam o benefico orvalho para abrir o botão de Rosa Catharinense, a natureza amontoando ali todos os seus dons, tornou a nossa mais extensa zona, merecedora de todos os elogios. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 262-263).

Em sua fala observa-se um discurso fortemente marcado por oposições campo/cidade, natureza/civilização, e para que essa pudesse dominar a natureza seria necessário promover a colonização europeia, que ocorria em lugares que seriam menos adequados, dadas as condições naturais. Esse quadro natural seria, inclusive, um dos fatores que tornariam a população planaltina robusta e saudável, diferentemente das populações luso-brasileiras que ocupavam o litoral:

Não há sombra de exagero no que afirmamos, mas quem quizer por em duvida as nossas asserções, facilmente se convencerá do que temos razão. Que percorra o incrédulo, a futura região, especialmente Lages e S. Joaquim e verá que o brasileiro ali não fica a quem do mais sabio europeu.

O clima, a alimentação, o modo de vida, tudo coopera para o desenvolvimento physico d'aquelle povo, que passa dias a cavallo, n'esse rude mas hygienico labutar campeiro. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 281).

Essa qualidade seria atribuída possivelmente apenas à população branca, não à mestiça, na qual se incluía grande parte da população cabocla do Planalto, fossem os sitiantes das florestas, fossem os peões e agregados das fazendas. De acordo com o pensamento racial da época, a mestiçagem acentuava os aspectos negativos de cada raça, visto que “as faculdades civilizatórias mais elevadas estariam vinculadas à raça branca”. (ZILLY, 2009). Para um Estado com uma população superior a quinhentos mil habitantes, segundo o autor, a maioria era branca, de origem lusa, alemã e italiana, ao passo que a população negra ocupava uma “porcentagem diminuta”, e o elemento indígena, na visão do autor, desapareceria em breve, como é possível constatar no seguinte comentário: “Não só os que vivem em estado selvagem são exterminados todos os dias, como os que vivem em estado de semicivilização, pelo alcoolismo, desaparecerão em breve.” (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 18-19).

Os caboclos não faziam parte do planalto nem da população catarinense exposta por Vieira da Rosa em sua *Chorographia*. Sua ocupação das florestas, práticas

e costumes de uso e acesso à terra não são de modo algum abordados. Essa ausência nos faz pensar que tais descrições podem induzir o leitor a imaginar a existência, no Planalto, tanto de espaços ocupados, onde se efetiva a ação humana como transformadora da natureza, com o trabalho, levando o progresso, como espaços que seriam naturais, vazios e incultos, como a floresta. (SHELLARD, 2008, p. 137). Mesmo quando se refere à criação de porcos à solta nas florestas ou da coleta do mate, essa é comentada apenas em números de produção. Essa população só apareceria alguns anos depois, durante suas memórias da Guerra do Contestado, relacionada aos aspectos negativos da miscigenação:

[...] o caboclo sertanejo de Curitiba é forte, sadio, sombrio, corajoso, delicado no trato, mas como todas as raças mescladas, vingativo até o exagero.

Morador de um sertão medonho, onde a civilização só começou a penetrar depois da construção da estrada de ferro, o caboclo foi recebendo dessa civilização somente aquilo que os repudiados por Ella podiam oferecer: vícios e crimes. (VIEIRA DA ROSA 1918, p. 1).

Quando a Chorographia estava sendo escrita, a Estrada de Ferro São Paulo–Rio Grande, cujo percurso, em Santa Catarina, cruzaria o Planalto acompanhando o traçado do rio do Peixe, pelos municípios de Curitiba e Campos Novos, ainda estava em construção. Atrasos na obra, iniciada em 1890, acarretaram que o referido trecho fosse iniciado apenas em 1906 pela empresa Brazil Railway Company, que assumiu a concessão para a sua construção. (THOMÉ, 1983, p. 53-83). Essa ferrovia traria a colonização e o progresso a Curi-

tibanos, considerado como um dos mais esquecidos do estado:

Quando, porem tiverem corrido os annos e as populações invadirem aqueles uberrimos vales (e penso mesmo que esse futuro não está tão longiquo, pois que a ramal da Transbrasiliana parece alli passar), Curitiba acompanhará os seus irmãos no continuo avançar da estrada esplendida do progresso. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 266-267).

Em geral, o que se percebe com a leitura da Chorographia de Santa Catharina é que o futuro da região dependia da transformação das “intermináveis florestas” e campos em territórios “civilizados”, onde “o caos da floresta sucumbisse à ordem, à racionalidade, à agricultura, considerada um símbolo da presença e engenhosidade do homem civilizado. A natureza deveria ser subserviente ao homem”. (CORREA E BUBLITZ, 2006, p. 124). Para Vieira da Rosa (1905, p. 316), “as enormes mattas precisam ser exploradas. A civilização precisa desbastar o invio sertão”.

A respeito da pecuária do Planalto, o autor comenta que possuía “campos de excelente pastagem [que] convidam o habitante a vida pastoril, e por isso vêm-se enormes rebanhos de gado pelas diferentes fazendas de criação”. A criação de gado bovino desenvolvia-se graças às condições naturais, com os animais, no inverno, buscando refúgio nas áreas de capões e florestas, e “por vezes os invernos determinam grandes baixas; as lestadas [ventos na direção leste que trazem chuva] dizimam tropas de mulas e bois, como bem attestam essas ossadas que alvejam nos capões”. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 250-280).

O conhecimento da população campeira do Planalto da natureza e sua “habilidade espacial”, adquirida pelo uso e convívio com o meio (TUAN, 1983, p. 83-159), é destacada, sobretudo nas atividades ligadas às lides pastoris, como o autor atesta na passagem a seguir, no caso sobre a criação nos campos de São Joaquim:

O joaquinense é, na minha opinião, ainda melhor cavaleiro que o gaúcho rio-grandense, pois que enquanto aquelle corre em grandes planícies ou em coelhões livres, o joaquinense, como a serra em geral, trabalha em terreno muito accidentado, cheio de pedras, macegas e barrancos. É um gosto ber a maneira porque façam um toiro no cimo de um cerro, e o modo porque se livram das investidas do animal, furioso [...]. Para se chegar a uma ponta de gado chucro era necessario astucia. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 250-251).

Ao continuar sua descrição sobre a criação de gado neste município, o autor atenta para o fato de não existir na região, há muito tempo, talvez vinte anos, gado alçado (tornado selvagem). “Esses animais viviam nos mattos e só raras vezes saíam no campo. Todos podiam pegar e matar a tiro o boi alçado, contanto que o couro fosse do proprietário. De cada tres vezes laçados uma pertencia ao dono da fazenda.” Essa extinção pode ser relacionada ao aumento da população e à subdivisão por herança das grandes fazendas de criação que passaram a se instalar nos campos a partir do século XVIII. Em 1905 o autor registra que o gado já era “de rodeio, gado que vem comer sal em lugares próprios.” (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 250-251).

São poucos os comentários críticos realizados sobre as técnicas empregadas na

pecuária, diferentemente do que fez, por exemplo, o primeiro-tenente do Exército Herculano Teixeira D’Assumpção (1917) em sua passagem pela região durante a Guerra do Contestado. A seu ver, a população local não manejava corretamente o gado nem o pasto:

[...] os fazendeiros, na maioria, pouco cuidado têm com a criação. Os pastos nem sempre são fartos de forragens silvestres e estas nem sempre primam pela qualidade. Pequenas aguadas, campos de fachineas, com espaços tomados de capim, são os pastos mais communs.

O gado é solto em taes terrenos, no meio dos quaes está a pequena casa de madeira, residencia do fazendeiro. Durante o inverno, aquelle se abriga nas mattas, onde encontra algum capim fresco e hervas próprias á sua alimentação.

Em geral, o fazendeiro, em dolce farniente, fica em casa e deixa o gado entregue á natureza. Somente uma ou duas vezes no anno é elle recolhido ás mangueiras para a salgagem, ocasião em que é feita a marcação. (D’ASSUMPÇÃO, 1917, p. 206-207).

Desses aspectos, Vieira da Rosa (1905, p. 252) só deu atenção à floresta como espaço de refúgio dos animais no inverno e à queimada anual dos pastos, realizada sempre nos meses de outubro e novembro, por trechos, onde “um rincão queimado n’um anno será preservado do fogo no anno seguinte”.

Outros gêneros ligados à economia pastoril, muitos deles produzidos no Planalto, faziam parte da pauta econômica catarinense, como chifres, ossos, lã e couro. O couro produzido no Planalto era comercializado, em sua maioria, em Porto Alegre, haja vista a maior facilidade de escoamento pela região e o tradicional contato com

a cidade advindo da economia tropeira. O charque, por outro lado, era importado, o que se devia, segundo o autor, “por nossa incuria, visto termos terra que o produzem, visto termos gado enumeravel na região dos Campos”. A sempre destacada falta de comunicação da região do Planalto seria um dos fatores que levavam ao fraco desenvolvimento de uma indústria de laticínios. Apesar das dificuldades, parte da produção de queijos lageana escoava para o litoral em lombo de mulas. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 337-343).

Os porcos, criados, em sua maioria, à solta na região do Planalto por famílias caboclas nas áreas de floresta de araucária, eram destinados principalmente à produção de banha e toucinho, sendo também comercializados vivos para outras regiões. No início do século XX, a produção de banha chegou a constituir um dos principais produtos econômicos do estado, principalmente a partir de 1905, motivada mais pelo crescente valor do produto que pela quantidade exportada. (BOSSLE, 1988, p. 56). Muito dessa produção era realizada em regiões como o vale do Itajaí e o sul do estado, porém muitos dos animais destinados a essa produção poderiam ser provenientes do Planalto, criados por diversas famílias caboclas que viviam às margens das fazendas pastoris dos campos.

Para Vieira da Rosa (1905, p. 336), a criação suína no Planalto era mais vantajosa que a realizada no litoral, pois era realizada com os animais à solta, percorrendo a floresta em busca de alimento. “Nos annos em que abunda o pinhão, [...] o fazendeiro só tem o serviço de ir buscar ao

capão o porco e mata-lo.” Nessa passagem ele se refere à criação nas áreas de campo, onde os porcos eram soltos nos capões. Nas florestas os criadores compartilhavam em comum as terras, pelo fato de não existirem cercas em sua divisão – e isso persistiu, em muitas regiões, até o início da colonização –, “uma vez que a amplitude de terras o dispensava”, como aponta Arlene Renk (2004, p. 28). Esse costume, comum a toda região de floresta de araucária do sul do Brasil, como aponta Man Yu Chang (1988, p. 37), “era condizente com o ambiente natural. O meio farto provia de alimentos silvestres em abundância, o que poupava aos criadores os custos de trato da criação”. Assim, “o pinhão é tão bom para tal fim, que um porco magro em princípios de abril pode ser morto em princípios de julho. Estará extremamente gordo”. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 337-341).

A natureza e a potencialidade agrícola do Planalto eram, para o autor, merecedoras de todos os elogios. Os municípios possuíam clima excelente, como São Joaquim, cujas áreas compreendidas pelas nascentes dos rios Pelotas e Contas “é, não só o mais alto pedaço de terra catharinense, como o que apresenta mais o caracter de clima europeu no Brasil”. O solo fértil era também destacado, apresentando terras “negras” e aráveis. A agricultura até então praticada no estado como um todo, por outro lado, era “atrasadíssima”. Além de não possuir renovação de sementes, “os agricultores, que não merecem tal nome, não entendem da enxertia, não conhecem o arado e outros instrumentos da moderna lavoura”. (VIEIRA DA ROSA, 1915, p. 248-317).

O Planalto não possuía apenas “clima europeu”. Algumas áreas eram também próprias ao cultivo de espécies de climas mais quentes, como em Curitiba, cujo vasto território era “conjuntamente pastoril e agricultor, pois, que possui bons campos e ótimas terras onde todas as plantas littorales se dão bem”. Exagerando em muitas passagens as condições edafoclimáticas propícias a certas culturas no Planalto, o autor salienta que a agricultura poderia se desenvolver de modo prodigioso, sendo possível o cultivo tanto de espécies temperadas quanto tropicais, como a cana-de-açúcar, a qual apresentava uma área cultivada considerável em Campos Novos, onde se encontravam, em 1905, cerca de dezessete engenhos, possivelmente nas áreas mais baixas dos vales dos rios do Peixe e Uruguai, além de existirem plantações de laranjas, mandioca, fumo e milho. As terras que eram também “úberimas para todas as culturas europeias” existentes em Lages vislumbravam a um investidor em potencial ou a um colono a possibilidade de se cultivarem espécies de clima temperado comuns ao ambiente europeu. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 263-282). Muitas frutas já eram cultivadas, na maioria para o consumo próprio, como a maçã, a pera, a ameixa e o pêssego.⁵ (VIEIRA DA ROSA, 1915, p. 17).

Essa ênfase dada ao cultivo de espécies exóticas de clima temperado ocorria pelo fato de que a abertura de uma ferrovia facilitaria sua comercialização com a capital federal, evitando a importação de frutas de outros países, principalmente do Prata, o que pode ser percebido na passagem a seguir:

A tres dias de viagem do Rio de Janeiro e possuindo, por causa dos diferentes climas devidos aos relevos do solo, todos os fructos do sul da Europa, podemos, desde que tenhamos uma estrada de ferro para Lages, abastecer os mercados no norte do Brasil de peras, maçãs, nozes, cerejas, amendoas, ameixa diversas, entre as quaes as formosas rainha claudia e mirabella; o marmello, pecegos incomparáveis, uvas e todas as outras, e isso desde que a estrada seja prompta, visto cultivar-se muito n’aquella bella Região, todas as fructas que venho de citar. Os milhares de contos que empregam nos fructos vindos do Prata aqui ficariam. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 331).

A produção agrícola, se não assumia grande vulto na pauta de exportação do estado, supria as necessidades locais, sendo exportado apenas o excedente. Essa produção, como constantemente enfatiza o autor, só não era maior pela ausência de meios eficientes de transporte que ligassem o Planalto ao litoral. Além do escoamento da produção, essa também passaria a estimular a produção:

Uma estrada de ferro que ligue o littoral á zona serrana n’em só de lá trará mantimentos.

Compreende-se que, havendo maior facilidade de transporte, o povo será por elle estimulado e plantará mais, tendo mais cuidado afim de que tenham melhor qualidade e collocação no mercado. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 321).

Por meio de uma comparação com a produção de trigo, centeio, cevada e aveia da Alemanha, Vieira da Rosa (1905, p. 328-329) procura demonstrar a viabilidade de tais cultivos, mostrando que a produção era, em média, três a quatro vezes maior. Porém, havia um desinteresse, inclusive de parte dos colonos, por essas culturas, as

quais o autor associa ao progresso, e crê que “a não ser que um phenomeno qualquer de ordem social se opere, não veremos senão a mandioca, o milho, o feijão e o assucar, e estes mesmos gêneros da qualidade que reconhecemos pessima”. Essa crítica se volta também à importação de produtos cuja produção poderia ser realizada em solo catarinense. A seu ver, o brasileiro não possuía espírito observador nem era um povo empreendedor. Em um país onde as riquezas jaziam espalhadas em toda a superfície do país, onde as florestas eram um mundo a explorar “em plantas texteis, cascas, folhas d’arvores, óleos industriais, madeiras soberbas”, o brasileiro simplesmente importava do exterior, como era o caso da madeira e da quina, proveniente do Peru.

O Planalto, para transformar-se num espaço civilizado, deveria ter seus recursos naturais aproveitados de forma racional, o que não ocorria em Santa Catarina na época: “Devido a nossa ignorância [...] nosso povo, possuidor de riquezas incomparáveis nos tres grandes reinos da natureza, mas que, não as conhecendo, as vae destruindo todos os dias.” (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 447). Percebe-se em suas falas um discurso contra a devastação e a destruição do meio ambiente que muito se assemelha ao de pensadores brasileiros do século XIX, cuja crítica estava vinculada ao mau aproveitamento dos seus recursos, conforme aponta José Augusto Pádua (2002). Esse discurso era voltado à exploração predatória, com práticas como a queimada e a coivara para a abertura de roças, então comuns à população catarinense em geral, tanto do Lito-

ral quanto do Planalto. A respeito comenta o seguinte:

É pena ver-se desapparecer cada anno enormes trechos da floresta virgem
Derribam as grandes mattas coevos quiça do troglodita para, na miserável lavoura que praticam, substituir os gigantes pelo anões annuaes.

Vemos, com dôr no coração o destroço das coiváras, onde denegridas pela acção do fogo, fazem troncos colossaes dos cedros que antes elevam altivamente nos ares as suas verde negras folhas.

Cresce todo dia a população do Estado; decresce todos os dias a floresta virgem; virá tempo que chorarão a sua falta. Isto é uma cousa fatal, não se evita, visto não haver leis que cohibam o grande mal. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 448).

Como uma solução a esse futuro esgotamento dos recursos florestais, que se faria sentir no Planalto pouco mais de cinco décadas depois (CESCO, 2004; CARVALHO, 2006; MORETTO, 2009), Vieira da Rosa (1905, p. 338-462) já sugeria o reflorestamento para os lavradores: “Si os derribarem para fazer roças, plantassem os galhos de arvores mais preciosas, em vinte e cinco annos teriam nova matta que, se não apresentasse velhos troncos, offereceria madeira bastante para o corte.” Percebe-se que a intenção do autor não era garantir a biodiversidade ou a preservação da floresta nativa, mas, sim, impedir que os recursos se exaurissem, empobrecendo o agricultor e a região. Os cipós que se encontravam nas árvores também eram destacados, pois eram, a seu ver, “quasi todos úteis, quasi todos tendo uma applicação industrial qualquer”. Era também indicada a formação, pelos poderes competentes, de uma reserva de mata virgem em cada

município, não só para que a caça se recompusesse e não entrasse em declínio, mas que também se tivesse um fundo de reserva madeireira para construções futuras. Essa área deveria ser em torno de cinco ou seis mil hectares de florestas, para os municípios com menor área, e de trinta mil hectares pelo menos para os municípios de maior extensão territorial, pois “assim não soffreria futuramente o Estado falta de madeiras indispensaveis como a peroba, a canella e tantas outras utilizadas para edificações”. As colônias, segundo o autor, deveriam também possuir uma pequena área de reserva florestal de cinco hectares para preservar os mananciais.

Um Estado “cuja riqueza florestal é enorme” não sustentava, na visão do autor, um comércio regular de madeiras. Era de pequeno vulto a exportação de toras e tábuas, o que era atribuído à devastação da floresta no Litoral e à localização cada vez mais remota de árvores de valor comercial. (VIEIRA DA ROSA, 1905, p. 448). No Planalto, a exploração madeireira ainda se fazia na base de pequenos engenhos de serrar, destinados ao mercado local, na construção de casas, pontes, igrejas e estábulo. No Planalto, conforme sugere Samira Peruchi Moretto (2009), são raras as menções a engenhos de serrar, tanto que uma das primeiras serrarias de maior porte só viria se instalar na região de Lages na segunda década do século XX. Vieira da Rosa (1905, p. 263) aponta, por exemplo, a existência de apenas dois engenhos de serra no município de Campos Novos. Sua exploração assumiria maior vulto somente a partir do final da mesma década, com

a instalação da Ferrovia São Paulo–Rio Grande e o funcionamento da serraria da Southern Brazil, Lumber and Colonization Company. (CARVALHO, 2006).

A interpretação de uma paisagem depende dos valores e atitudes dos indivíduos. Isso faz com que o olhar e as representações elaboradas sobre um mesmo espaço, num mesmo tempo, possam ser diferentes entre si. Ao se realizar uma leitura das paisagens do espaço rural dos Campos do Planalto reveladas na obra *Chorographia de Santa Catarina*, levando em conta o que está exposto e o que está ausente, observamos a construção de um relato no qual eram enfatizadas as características naturais. Nela encontramos uma região naturalmente rica, com seus solos férteis e excelente clima, onde era possível cultivar as mais variadas espécies, fossem de ambientes temperados, fossem de tropicais, além de possuir uma vasta floresta, que poderia ser convenientemente explorada. Pretendia-se apresentar uma terra que seria propícia à colonização pelo europeu, sobretudo de origem alemã e italiana, onde poderiam encontrar condições extremamente favoráveis para o seu desenvolvimento. Faltava apenas a atenção do Estado, construindo ferrovias e melhorando a comunicação para atrair esses novos elementos, que trariam o progresso aos campos e florestas do Planalto. Sob um pretensso manto da verdade, esse tipo de relato induz o leitor a imaginar essa região como um espaço majoritariamente vazio, com exceção dos campos, invisibilizando populações e práticas tradicionais de uso e manejo da terra e dos recursos naturais, sejam dos campos,

sejam das florestas, vistas como atrasadas e primitivas pelo olhar da época.

The rural space of the campos do Planalto in chorographia de Santa Catharina

Abstract

The objective of this article is to discuss the landscapes in the past, result of the interaction between man and nature, integrating the features and the elements, physical as well as human. For this, we will discuss the rural space in the areas within the Campos do Planalto domain, revealed in the reading of Chorographia de Santa Catharina, written by José Vieira da Rosa, in 1905.

Key words: Santa Catarina. Campos. Landscape.

Notas

- ¹ O termo “Campo”, com maiúscula, é aqui empregado para indicar a formação vegetal, enquanto campo com minúscula é empregado para indicar o tipo fisionômico da paisagem.
- ² Em 1905 a região ao oeste do rio do Peixe encontrava-se em disputa com o Paraná, pertencendo então ao município de Palmas.
- ³ São sitiantes os pequenos produtores rurais que moram, em sua maioria sob o regime da posse, nos interstícios das grandes fazendas ou nos bairros rurais. (DIEGUES, 2003, p. 148).
- ⁴ O termo “caboclo” aqui utilizado é baseado no emprego dado por Paulo Pinheiro Machado (2004, p. 48) em sua obra intitulada Lideranças do Contestado. Nesta, o autor utiliza a palavra como possuindo o mesmo sentido dado “pelos habitantes do planalto, ou seja, o habitante pobre do meio rural”. Embora, conforme o autor

“não haja uma conotação étnica nesta palavra, freqüentemente o caboclo era mestiço, muitas vezes negro. Mas a principal característica desta palavra é que distingue uma condição social e cultural, ou seja, são caboclos os homens pobres, pequenos lavradores posseiros, agregados ou peões”.

- ⁵ Embora esteja fora do escopo da pesquisa, cabe destacar as inúmeras reportagens veiculadas nos jornais do município de Lages, como O Clarim, A Época e Região Serrana, a respeito do cultivo de frutas de clima temperado, como a maçã, a pera e a uva, além de cereais como o trigo, nas primeiras décadas do século XX.

Referências bibliográficas

BOSSLE, Ondina Pereira. *História da industrialização catarinense: as origens à integração no desenvolvimento brasileiro*. Florianópolis: CNI/Fiesc, 1988.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de. Uso comum e práticas associativistas da população cabocla do planalto catarinense. *Geosul*, Florianópolis, v. 23, n. 45, p. 45-64, 2008.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de. *O desmatamento das florestas de araucária e o Médio Vale do Iguçu: uma história de riqueza madeireira e colonizações*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

CESCO, Susana. *Desmatamento e migração no Alto Vale do Rio do Peixe: discussões sobre o “progresso” e transformação ambiental*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

CHANG, Man Yu. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná*. Londrina: Iapar, 1988. 123p. (Iapar, Boletim técnico, 22).

- CORRÊA, Dora Shellard. Descrições de paisagens: construindo vazios humanos e territórios indígenas na capitania de São Paulo ao final do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 24, n. 39, p. 135-152, jan./jun. 2008.
- CORREA, Silvio Marcus de Souza; BUBLITZ, Juliana. *Terra de promessa: uma introdução à eco-história da colonização do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Ed. da UPF; Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2006.
- D'ASSUMPÇÃO, Herculano Teixeira. *A campanha do Contestado*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917. v. 1.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Aspectos sociais e culturais do uso dos recursos naturais da Mata Atlântica. In: SIMÕES, Luciana Lopes; LINO, Clayton Ferreira. *Sustentável mata Atlântica: a exploração de seus recursos florestais*. 2. ed. São Paulo: Senac, 2003.
- ESPIG, Márcia Janete. *Personagens do Contestado: os turmeiros da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande (1908-1915)*. 2008. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- LAGO, Paulo Fernando. *Gente da terra catarinense – desenvolvimento e educação ambiental*. Florianópolis: Ufsc/FCC/Lunardelli/Udesc, 1988.
- LAZARIN, Katiúscia Maria. Lendo o Contestado: discursos e construção de sujeitos na bibliografia sobre a Guerra do Contestado – 1915 a 1960. *Esboços* - Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC, Florianópolis, v. 12, p. 151-164, 2004.
- MACHADO, Paulo Pinheiro. *Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)*. Campinas: Unicamp, 2004.
- MORETTO, Samira Peruchi. *Os saldos da floresta: as transformações ambientais no município de Lages (1900-1960)*. História e-história. Disponível em: <<http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=234>>. Acesso em: 28 set. 2009.
- KLEIN, Roberto. *Mapa fitogeográfico do estado de Santa Catarina*. Itajaí: Herbário Barbosa Rodrigues, 1978.
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- PAULI, Evaldo. Gal. Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, um filósofo do dia-a-dia. In: *Enciclopédia Simpozio*. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~simpozio/Catarinense/GAL.htm>. Acesso em: 23 set. 2009.
- RENK, Arlene Anélia. *Narrativas da diferença*. Chapecó: Argos, 2004.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. As florestas vão desaparecer? Um retrato da situação ambiental do país. In: ALBUQUERQUE, Edu Silvestre (Org.). *Que país é esse? Pensando o Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.
- THOMÉ, Nilson. *Trem de ferro: a ferrovia do Contestado*. 2. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1983.
- TUAN, Yi Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL FILHO, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- VIEIRA DA ROSA, José. *Chorographia de Santa Catarina*. Florianópolis: Typographia da Livraria Moderna, 1905.

_____. *Apontamentos para a segunda edição da Chorographia de Santa Catharina* – município de Lages. Florianópolis: Escola de Aprendizes Artífices, 1915.

_____. Reminiscências da campanha do Contestado – subsídios para a História. *Terra Livre*, Florianópolis, n. 9, 10 ago. 1918.

ZILLY, Berthold. *Sertão e nacionalidade: formação étnica e civilizatória do Brasil segundo Euclides da Cunha*. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar>>. Acesso em: 20 abr. 2009.